



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aprovado em 12/06/2000 discussão
Sala das sessões 19/06/2000
M. Sena
PRESIDENTE

A Comissão de:
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 02/05/2000
M. Sena
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N.º 011/00.

- CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO -
FMH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação – FMH, com o objetivo de financiar e garantir compromissos, necessários a implantação de programas e projetos para moradia, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente, ou através da participação operacional e financeira do Fundo, em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Financeiro da Habitação ou do Fundo Estadual de Habitação – FEH.

Parágrafo Único – No caso de pagamento por conta de garantia, os recursos serão entregues diretamente ao Agente Financeiro do SFH e os valores assim despendidos serão levados a débito dos inadimplentes.

Art. 2º - São beneficiários do FMH pessoas físicas ou famílias residentes no Município, com renda comprovadamente de até 03 (três) salários mínimos, que não detenham imóvel habitacional localizado neste município e nenhum financiamento pelo SFH em qualquer parte da Federação.

Parágrafo Primeiro: As normas operacionais e complementares, referentes ao FMH, serão definidas em regulamento próprio, aprovado por decreto executivo.

Parágrafo Segundo: Os financiamentos serão concedidos de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação, as do Fundo Estadual da Habitação e as normas internas do próprio FMH.

S. Sena



A SANÇÃO

Sala das sessões 21/06/2000

M. Sena
PRESIDENTE

Aprovado em 10.22.ª discussão
Sala das sessões 19/06/2000
Menes
PRESIDENTE

Relatório de comissão da Legislação Justiciale
Medições ao projeto de Lei de nº _____

Após analisarmos o Projeto de Lei acima citado, somos FAVORÁVEIS
a sua aprovação e nesta data o devolvemos a
MESA DIRETORA para as considerações finais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães,
aos 19 de Junho de 2000

Antonio Sergio Figueiredo de Oliveira
PRESIDENTE

Celio Vinicius Rocha
MEMBRO EFETIVO

Maria José Maia Gies
MEMBRO EFETIVO

A SANÇÃO

Sala das sessões 21/06/2000

Menes
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - Constituem patrimônio do FMH, além de suas receitas livres, outros bens imóveis ou móveis, inclusive títulos de crédito, adquiridos e destacados pela Prefeitura para incorporação ao FMH.

Parágrafo Primeiro: Para o cumprimento de suas finalidades, o FMH poderá alienar ou gravar seu patrimônio, inclusive para a outorga de garantia a contratos de mútuos, de que sejam tomadores os beneficiados definidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo Segundo: Fica, desde já, a Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHADU, autorizada a promover o bloqueio dos créditos de ICMS do Município junto ao Tesouro Estadual, Secretaria de Estado da Fazenda, se eventualmente o FMH não tiver recursos suficientes para honrar os compromissos conveniados, bloqueio este que persistirá até que o Município aporte ao Fundo, os recursos a tanto necessários.

Art. 4º - Constituem recursos do Fundo Municipal de Habitação – FMH, destinados às finalidades previstas no artigo 1º:

I – os recursos consignados anualmente no orçamento do Município;

II – os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;

III – os provenientes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias;

IV – os provenientes da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais;

V – os provenientes de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;

VI – os provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – os provenientes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;

VIII – outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.

Art. 5º - O Fundo Municipal de Habitação – FMH, terá um Conselho Gestor – CG, (ou gerido pelo Conselho Municipal de Habitação – CMH, criado nos termos de Lei), integrado por seis membros e respectivos suplentes, sendo dois do poder executivo, dois do poder legislativo e dois da sociedade civil, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - O prazo de duração do FMH é de 25 (vinte e cinco) anos, contados de sua constituição.

Art. 7º - O prazo para fins de concessão de financiamento, garantia ou de liberação de recursos pelo FMH é o contratado na forma do SFH, observando o prazo de duração do FMH.

Art. 8º - O Regulamento Interno do FMH será elaborado e aprovado pelo Conselho Gestor – CG, e expedido por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - Para a formação inicial do FMH, fica aberto no orçamento municipal, o crédito especial de R\$100.000,00 (cem mil reais), ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a aportar recursos orçamentários para que se mantenha o Fundo sempre com valor igual ou superior ao aqui previsto.

Art. 10 – No caso de extinção do FMH, a lei que o extinguir dará destinação ao seu patrimônio e respeitados serão os compromissos e garantias já assumidos.

Art. 11 – Com vistas a se alcançarem os objetivos de obtenção da moradia própria pelas famílias carentes, na forma prevista nesta Lei, fica o Município autorizado a urbanizar terrenos de sua propriedade ou que, para tanto, venha a adquirir e a doar os lotes já urbanizados à COHAB-

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

MG ou diretamente a essas famílias, na forma do cadastramento e da seleção feita pela Municipalidade.

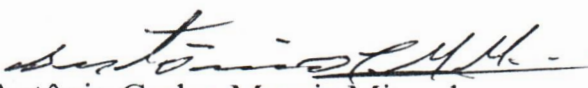
Art. 12 – A doação se efetivará através da celebração de Contrato de Doação do lote com a contratação do financiamento a ser concedido pela Caixa Econômica Federal ou pela própria COHAB-MG.

Art. 13 – As operações decorrentes desta lei estarão isentas de tributos que forem de competência do Município.

Art. 14 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guanhães, 02 de maio de 2.000.





Antônio Carlos Morais Miranda
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

A Comissão de:
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 02/05/2000

PRESIDENTE

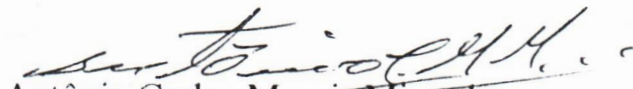
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminhamos o presente Projeto de Lei que Cria o fundo Municipal de Habitação, para o necessário andamento dos procedimentos, normas e diretrizes do programa PROLAR = MINAS + HUMANA.

Este projeto que, ouvido, analisado e, possivelmente transformado em lei, irá incorporar à Lei Municipal n.º 1.827/97, que criou o Conselho Municipal de Habitação, para juntos darem melhor andamento a projetos de habitação neste Município

Cordiais saudações,




Antônio Carlos Morais Miranda
Prefeito Municipal